



Do conteúdo desta entrevista há de salientar os seguintes pontos:

- o Magnífico Rector que, no início do processo de normalização, se preocupou em assegurar o direito da livre reunião e livre expressão por parte dos estudantes, começa a impôr restrições a esses direitos, condicionando-os à veiculação de "ideias construtivas", de "colectividade" e "interesses em resolver problemas"...

- o Magnífico Rector reconheceu sempre a representatividade da D.G. eleita; recusou-se, a partir deste momento, a recebê-la, com o fundamento de que não se encontra homologada, não a considera representativa, e acusando-a de publicar "panfletos mais ou menos doutrinários"...

- o Magnífico Rector que, até aqui, não havia posto obstáculos à utilização por parte dos estudantes das Instalações Académicas (nomeadamente à utilização do Teatro Gil Vicente para a realização de Assembleias e Convívios), indefere agora esses pedidos, com base no desconhecimento do conteúdo e sentido dessas iniciativas...

- o Magnífico Rector, que até aqui se mostrara favorável a uma revisão positiva da legislação circum-escolar, fale agora numa "regulamentação das reuniões (normas de sua convocação, número de participantes, etc.)", invocando a necessidade de não prejudicar o "aproveitamento escolar"...

... Fontes estas que não podem senão causar perplexidade em todos aqueles que formarem para si a imagem do Magnífico Rector como "representante da Universidade junto do Governo". E não deixarem de ser legítimas e justas as seguintes interrogações:

- Acesso os estudantes da Coimbra, quando a Universidade era governada por Rectores cuja hostilidade não oferecia lugar a dúvidas, deixaram de exercer os seus legítimos direitos de reunião e livre expressão?

- Acesso os estudantes alguma vez aceitaram que o conteúdo da sua actuação fosse definido por alguém que não eles próprios, que pretendesse condicionar o âmbito e o sentido das suas iniciativas?

NUNCA os Estudantes de Coimbra ouviram da boca das autoridades académicas uma negação da representatividade dos seus dirigentes eleitos!

NUNCA os Estudantes de Coimbra abandonaram a sua luta pela revogação da legislação circum-escolar anti-associativa e anti-estudantil, para permitirem maiores limitações ao seu direito de reunião e livre expressão!

E se, neste momento, a vida associativa não está normalizada; se, neste momento, a Direcção do Movimento Estudantil não está homologada (com todos os contretempos para o normal exercício dos direitos associativos que daí advêm); se, neste momento, o resultado do Inquérito aos acontecimentos de 9 de Maio não é tornado público, A CULPA NÃO É DOS ESTUDANTES, A CULPA NÃO É DOS REPRESENTANTES ELEITOS DOS ESTUDANTES!

O Magnífico Rector, que tomou a iniciativa de propor o Inquérito a esses acontecimentos e que, com base nas suas dúvidas acerca das responsabilidades da Direcção, tomou a iniciativa de propor a suspensão de sua homologação;

o Magnífico Rector que, na noite de 9 de Maio, tomou a responsabilidade de, com o apoio dos estudantes da Coimbra, suspender o espectáculo provocatório da D.T.E.C.;

o Magnífico Rector que, na ocorrência, foi alvo de insultos e xonxalhões por parte do público presente na sala e assistiu directamente à repressão brutal das forças policiais;

o Magnífico Rector não pode continuar a alegar desconhecimento acerca do resultado do Inquérito e da homologação da Direcção e, como "representante da Universidade junto do Governo" tem o dever de informar sempre os Estudantes de Coimbra acerca da atitude do Governo para com o Movimento Estudantil.

Ciente da justiça da sua posição, e apoiada numa Reunião-Geral de Estudantes, a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra convida leal e cortemente o Magnífico Rector a fornecer aos Estudantes na próxima Assembleia Magna um esclarecimento sobre a sequência das suas atitudes, bem como do resultado do Inquérito.

A Direcção-Geral reputa tal esclarecimento imprescindível, a fim de que não restem dúvidas no espírito de ninguém de que o seu respeito pela verdade dos factos não se compadece, nem com a tibieza de posições, nem com a formulação de juízos temerários.

A Direcção-Geral não duvida de que nessa linha contará com o apoio da esmagadora maioria dos Estudantes da Coimbra

Coimbra, 15 de Novembro de 1970

A DIRECÇÃO-GERAL ELEITA